



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO – CETREDE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA DO ENSINO
SUPERIOR

MARIA OZIANA LUZ DE AZEVEDO

EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR NA ERA DO CONHECIMENTO

FORTALEZA
2012

MARIA OZIANA LUZ DE AZEVEDO

EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR NA ERA DO CONHECIMENTO

Monografia apresentada a coordenação do curso de Especialização em Docência do Ensino Superior como requisito parcial para obtenção do título de Especialista pela Universidade Federal do Ceará.

Orientadora: Gláucia Maria de Menezes Ferreira. L. D.

**FORTALEZA
2012**

MARIA OZIANA LUZ DE AZEVEDO

EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR NA ERA DO CONHECIMENTO

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Docência do Ensino Superior, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Maria Oziana Luz de Azevedo

Data da aprovação ____/____/____

Profa. Gláucia Maria de Menezes Ferreira – L. D.
Orientadora

Profa. Gláucia Maria de Menezes Ferreira – L. D.
Coordenadora do Curso

DEDICATÓRIA

A minha família, em especial aos meus pais, as minhas filhas Mariana e Clarice e ao meu esposo Carlos Alexandre.

A minha sobrinha Bia Rodrigues que se apaixonou pela educação, e carinhosamente me mencionou como sua inspiradora.

A minha turma de curso, em especial as pessoas que trabalharam nas equipes comigo sempre dispostas a fazer o melhor possível.

AGRADECIMENTOS

Primeiro a Deus por me capacitar na realização deste trabalho e dar a força necessária para vencer todos os obstáculos que me tentaram fazer desistir de realizá-lo.

Aos meus pais, pelo empenho que tiveram para que eu tivesse oportunidade de estudar.

A meu esposo que me estimulou a concluir mais esta especialização.

A minha amiga Marta Suiane, que colaborou, me trazendo livros emprestados, para pesquisar, quando eu me encontrei fragilizada por conta da gravidez e depois cuidando da minha filha Clarice.

Ao professor Luiz Gonzaga que me esclareceu muitas dúvidas na realização deste trabalho.

A orientadora Gláucia Ferreira que me apoiou de forma significativa para a confecção desta pesquisa.

“...Uma universidade pode ser comparada com um avião que parte com 100% da capacidade ocupada, apenas deixando passageiros durante as escalas, chegando ao final do vôo com cerca de 60% das poltronas ocupadas. Entre uma ou outra escala, que nesse caso são as fases semestrais ou anuais de um curso, a capacidade ociosa vai aumentando havendo poucas chances de substituição de passageiros”. (Nunes)

RESUMO

Vive-se hoje um cenário de modificações aceleradas e profundas. Isto acarreta às pessoas grandes responsabilidades intelectuais, para resolverem as mais diversas situações que se apresentam tanto no plano pessoal quanto profissional. As grandes descobertas que surgiram na economia, na política e em tantos outros setores, nesse período de pós-modernidade, trouxeram necessidades de soluções mais objetivas. Portanto, o ensino superior é almejado por muitos, como mais uma maneira de se buscar o conhecimento, que apresenta-se cada vez mais valioso nestes tempos. Compreender a evasão, sobretudo no ensino superior, é um dos objetivos desta pesquisa. Para isso discute-se as causas da evasão, e aponta-se algumas estratégias para se tentar diminuí-la e apresenta-se algumas estatísticas da evasão no ensino superior brasileiro. Sabendo-se dos desperdícios causados pela evasão, aponta-se a mesma, como um fator muito prejudicial ao desenvolvimento do país e como um dos males que afligem as instituições de ensino superior (IES). Aborda-se nesta discussão os direitos e deveres da comunidade acadêmica com o objetivo de facilitar a convivência de todos nestas instituições, e também contribuir para a diminuição da evasão. O cenário de mudanças aceleradas mencionado, configura um novo modelo de sociedade universal, chamada nesta pesquisa “sociedade do conhecimento, ou da cognição”, onde todos querem ser mais esclarecidos e atuar de forma mais significativa. É neste contexto que busca-se fundamentação, e discute-se algumas idéias para estabelecer um ambiente mais agradável para viver. Sendo assim, discute-se a importância de cursar e concluir o ensino superior de maneira a contribuir como profissional que atuará nesta sociedade com saber mais elevado. É por isso que se dá esta importância ao tema da evasão no ensino superior, que deve ser tratada com maior atenção nesta era do conhecimento, pois se acredita que na universidade as mentes abrem-se para o novo. A evasão precisa ser tratada com muito mais zelo do que se tem tratado até agora. São as IES, que devem preparar o indivíduo para funcionar no mundo globalizado, do progresso científico, e dos avanços da sociedade da informação. Um sonho de muitos, para alguns, utopia, mas que agora surge nesta sociedade mais conscientizada e universal.

Palavras chaves: Ensino Superior, Evasão, Conhecimento.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO DA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO .	16
1.1. A importância de concluir o ensino superior	19
1.2. Importância do ensino superior para o mercado de trabalho	21
CAPÍTULO II – DIREITOS E DEVERES DA COMUNIDADE ACADÊMICA	25
2.1. Observações sobre direitos garantidos à educação por órgãos públicos	28
2.2. Modelo de Direitos e Deveres de Estudantes da Universidade Federal do Ceará	31
CAPÍTULO III - BREVE DISCUSSÃO SOBRE EVASÃO	35
3.1. Principais causas da evasão no ensino superior brasileiro	37
3.1.1. Causas Internas:.....	37
3.1.2. Causas Externas:	38
3.1.3. Dificuldades Escolares:	39
3.1.4. Razões Socioeconômicas:	39
3.2. Estatísticas de Evasão no Ensino Superior do brasileiro	40
3.2.1. Uma Estatística mais ampla da situação das IES brasileiras.....	42
3.3. Estratégias para redução da evasão no ensino superior	44
3.3.1. Estratégias para se combater a evasão nas IES	46
CONCLUSÕES.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

Lista de Figuras

Figura 1 – Índice de Evasão nas Universidades Públicas e Privadas do Brasil.....	43
Figura 2 – Participação dos trancados, desligados e transferidos na evasão	44

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Evasão da turma 1998 - Curso: Administração geral.....	40
Tabela 2 - Evasão da turma 1999 – Curso Administração Geral- De 1999 á 2002.	41
Tabela 3 - Evasão da turma 2000- Curso Administração Geral.....	41
Tabela 4 - Evasão da turma 2001-Curso de Administração Geral	41
Tabela 5 - Evasão da turma 2002	42
Tabela 6 – Fator de evasão x estratégias x ferramentas	45

Lista de Siglas

ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IES	Instituições do Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPAE	Instituto de Pesquisas e Administração da Educação
MEC	Ministério da Educação
PROUNI	Programa Universidade para Todos

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surgiu a partir de uma inquietação pessoal da autora. Pois foi no ensino superior que se veio despertar para o verdadeiro sentido do aprender mais significativo. Durante toda a educação básica havia uma inquietação sobre o que realmente se tinha aprendido. O que se sentia na verdade era uma insegurança sobre os conteúdos estudados. Por esta razão é que se despertou o interesse de se compreender a evasão no ensino superior, o período dos estudos onde melhor se aprende a questionar. Então surgiu este tema: A evasão no ensino superior na era do conhecimento.

Percebe-se um clima de rápidas mudanças, um nervosismo universal parece agitar todos na busca e propagação de conhecimentos, que são utilizados simultaneamente ao se descobrirem, há impressão é que a inovação de hoje, amanhã parece ultrapassada. Mesmo parecendo exagero, é quase isto mesmo que tem ocorrido nos mais variados setores da sociedade, não em uma sociedade em particular, mas de maneira geral, pelo menos é o que interpreta-se pelos meios de comunicação.

Um dos objetivos deste trabalho é discutir a evasão nas Instituições do Ensino Superior (IES), um ambiente formador e informador do sujeito que deve ser capacitado para agir de forma consciente nesta sociedade da informação. Este ambiente deve contribuir para a valorização do sujeito como peça fundamental da aquisição do saber. O aluno deve aprender na universidade, aplicar na vida profissional e pessoal. Nesta formação deve se reconhecer que o ser humano é o maior bem que todo o universo possui, se o conhecimento não servir para este fim também, o que se sabe ou algo a descobrir, pouco contribuirá na instauração de uma realidade sustentável a todos, por mais comentado que isto possa ser.

Para as considerações deste trabalho se buscou fundamentação em vários autores. Dentre estes Hargreaves (2007) contribuiu bastante com sua abordagem sobre aprendizagem, era do conhecimento e sustentabilidade.

O texto deste trabalho encontra-se dividido em três unidades de estudos. Na primeira se faz uma **Contextualização da Sociedade do Conhecimento**. Discute a necessidade de formar sujeitos dinâmicos com competências e habilidades, capazes de agirem nesta nova configuração de sociedade, onde os conhecimentos e informações se apresentam cada vez mais acelerados (DAVIS, 1999). Pode se perceber isto nos mercados de trabalho, no uso das tecnologias e nos diversos modelos de organizações. Estes avanços exigem de todos, adaptações para poderem ter funcionalidades, ou ficarão totalmente ultrapassados. O subitem

desta unidade se apresenta como **A importância de concluir o Ensino Superior**. Fala-se da chegada da pós-modernidade, esse tempo dinâmico, onde as pessoas precisam resolver problemas com praticidade e raciocínio lógico. Segundo Moran (2008) é um tempo de grandes transformações que implica reinventar a educação. Parece, portanto clara, a importância de cursar e concluir o ensino superior. Sobre o subtema **Importância do Ensino Superior para o Mercado de Trabalho**, se comenta as modificações que estão ocorrendo na atualidade sob três fenômenos: globalização, progresso científico e avanços da sociedade da informação. Como os profissionais devem agir e como as Universidades têm preparado os mesmos para agirem nesta nova era.

Na segunda unidade de estudo se faz uma discussão sobre os **Direitos e Deveres da Comunidade Acadêmica**. Para esclarecer dúvidas e informar aos interessados sobre o assunto. Pretende-se criar um clima de harmonia na convivência para uma melhor parceria do estudante com a instituição. O aluno melhor informado se sente mais a vontade deixando de evadir-se. No subitem desta unidade são feitas algumas **Observações sobre Direitos Garantidos à Educação por Órgãos Públicos**. Toda esta unidade se fundamenta em informações do Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação (IPAE, 2009) que elaborou a Cartilha dos Direitos e Deveres da Educação, como instrumento de informação para saber da legalidade das ações praticadas por cada parte, tanto instituição como aluno nesta convivência tão necessária. Ainda nesta unidade se demonstra um **Modelo de Direitos e Deveres de Estudantes da Universidade Federal do Ceará**. Apenas para verificar como esta universidade elaborou suas normas educacionais, para um bom desenvolvimento e bem estar de seus alunos no cumprimento de suas obrigações e terem assegurados seus direitos.

A terceira e última unidade de estudo desta pesquisa, são respostas a várias dúvidas que se tinha sobre a evasão no ensino superior. Inicia-se com uma **Breve Discussão sobre Evasão**, onde se faz uma explanação da evasão como um dos problemas que afligem as instituições de ensino superior em geral. O Brasil não possui estudos sistemáticos e dados nacionais suficientes sobre o tema.

Dados de pesquisas sobre a evasão do Instituto Lobo para o desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia, no INEP e no MEC serviram de base para fundamentar este estudo. Um autor que colaborou também com este trabalho foi Gois (2006). Ele garante que somente 51% dos estudantes universitários se formam e que 49% são evadidos. Portanto, um grande percentual de evasão nas IES. No subitem desta unidade procurou-se conhecer as **Principais Causas da Evasão no Ensino Superior Brasileiro**. Verificou-se que a evasão ocorre por causa da fragilidade de políticas que realmente se

importem com o aluno e o faça permanecer no curso, conforme Veloso e Almeida (2001). Comenta-se ainda, que as causas da evasão se dividem em **Causas Internas e Externas** dentre outros, (MEC, 1997). Depois desta reflexão se percebeu que a maior causa da evasão é de ordem financeira, mas se considera outras causas justificáveis.

No segundo subitem algumas **Estatísticas de Evasão no Ensino Superior Brasileiro** são apresentadas. Focaliza-se a situação específica de uma faculdade do Espírito Santo no curso de Administração, fruto da pesquisa de outra autora (MIRANDA, 2006) que serviu de ilustração neste trabalho. No terceiro subitem faz-se uma **Estatística mais ampla da Evasão nas IES Brasileiras**. Dados de 2011 cedidos pelo MEC ao pesquisador Hipólito, do Instituto Lobo, fala sobre o grande prejuízo ocorrido em 2009 por conta da evasão no ensino superior brasileiro. Demonstra-se também uma visão gráfica da evasão do setor público e privado, a partir de dados coletados também em 2008. No terceiro subitem desta unidade se comenta algumas **Estratégias para Redução da Evasão no Ensino Superior**. São algumas sugestões e idéias que podem ser usadas para se tentar diminuir a evasão nas IES.

Como conclusão aponta-se que apesar das dificuldades enfrentadas pelas IES brasileiras, confia-se que daqui a alguns anos a evasão universitária será menor e também melhor combatida nesta nação.

CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO DA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

A atualidade se apresenta como um período cheio de mudanças aceleradas (DAVIS, 1999), isto se concretiza nos mercados, nas tecnologias e nas organizacionais educacionais. Por esta razão, a capacidade de gerar e absorver inovações vem sendo cada vez mais crucial nos agentes atuantes deste novo tempo.

Para acompanhar as rápidas mutações, torna-se relevante a aquisição de novas capacitações e conhecimentos. Isto significa intensificar a capacidade de indivíduos, empresas e países para aprender e transformar este aprendizado em prática.

Apesar de muitos considerarem que a globalização e o grande avanço das tecnologias de informação e comunicação facilitam a transferência de conhecimentos, percebe-se certa limitação quanto a isto, pois ao se passar estes conhecimentos e informações, nota-se que estes estão rígidos, ou melhor, alguns elementos essenciais do conhecimento, implícitos nas práticas e pesquisas, desenvolvimento e produção se tornam intransferíveis, porque estão enraizados em pessoas, organizações e locais específicos. Um exemplo disto é com certeza a escolha do tema para uma monografia. O aluno às vezes se limita a fazer sua pesquisa pelos temas que a universidade ou a instituição propõe, pois os orientadores já estão prontos para orientar temas que eles mesmos já falaram ou outros autores anteriormente. Pois um tema que é do interesse do aluno pode não se “encaixar” no que a universidade propõe. Não se afirma aqui, que não pode ser feito o que se questiona, mas se fala sobre isto, porque em duas situações vividas, a autora viu este exemplo citado.

Parece que não se deve alavancar temas totalmente novos, que já não tenham sido tratados. Assim não fica um pouco contraditório, em se tratando deste caso, da pesquisa na universidade, chamar inovações? Se novos temas de pesquisas que partirem dos próprios alunos podem ser impedidos ou redirecionados, isto não deixa o conhecimento um pouco limitado, se as idéias já estão detidas e pré-estabelecidas nas “mãos” de alguns?

É claro que se torna muito importante à geração de inovação por parte de indivíduos, empresas e até países nestes tempos das mudanças velozes. Então o que se deve implementar são enormes esforços para tornar novos conhecimentos apropriáveis, para difundir em diferentes agentes econômicos, científicos, tecnológicos e sociais, garantir uma geração realmente inovadora é fundamental.

Reconhece-se, entretanto, no contexto atual de grande competição, que o conhecimento e o aprendizado significativo são a base para formar indivíduos que atuarão nas empresas, gerando força inovadora para o país. Estes indivíduos bem formados estarão aptos a enfrentar as mudanças em curso, ao se capacitarem para uma inserção mais positiva nesta fase da sociedade do conhecimento. Não se classifica mais o ouro, a prata ou algo material, o que parece se apresentar mais valioso nesta nova configuração de sociedade ou país, mas como uma exigência universal, todos estão querendo este novo “valor”, que atualmente se apresenta como conhecimento.

Daí então a relevância do aprendizado como processo central para a inovação de outros formatos organizacionais, o interessante é que este saber não está exclusivamente nas tarefas árduas que professores ensinam nas salas de aulas, pois não são eles somente os responsáveis para mudar a educação, conforme Gil (1997, p.29):

Muitos professores colocam todo seu empenho de ensinar. Vêm-se como fornecedores de informação e como os principais responsáveis pelos resultados obtidos. Acreditam que se o professor ensinou (isto é, se explicou ou demonstrou), o aluno aprendeu.

Entende-se que os professores na sala de aula, de uma forma ou de outra, estão passando conhecimentos, entretanto às vezes percebe-se que são martirizados como se fossem os principais atores que geram ou transmitem os conhecimentos, quando se sabe que uma dimensão muito maior se coloca como sistema organizacional, onde perpassa toda a máquina da sociedade da cognição. Mesmo professores capacitados não conseguem incutir nos alunos seus saberes (LEGRAND, 1976).

O que realmente se discute não é a sala de aula ou a relação professor/aluno, mas se fundamenta aqui mais um ambiente onde o conhecimento está discutido e sendo propagado, para salientar que embora o conhecimento e a busca por ele se coloque tão fundamental e nestes dias, as salas de aulas, sobretudo as do ensino superior, que se supõe deve ser o ambiente formador de sujeitos que detêm e se utilizam deste suposto “valor” o conhecimento. Mesmo no ensino superior a evasão ainda tem uma grande proporção.

Entende-se, entretanto que não é apenas no contexto da sala de aula, onde se acha o conhecimento, mas numa consciência muito mais ampla, ousa-se dizer que de forma universal em todo e qualquer lugar fica claro que o conhecimento é muito valioso. Já não seria hora, ou melhor, tempo de a evasão, sobretudo no ensino superior ter diminuído? A contestação que se faz é influenciada por Paulo Freire (1985) que já falava de um sistema da educação libertadora, que iria da pré-escola até a universidade. É importante uma educação que conduza

ao conhecimento, mas na busca por transformação de estruturas pré-fixadas tanto na economia, como na política e em qualquer meio social, que a educação seja vista como uma forma de erradicar a opressão da nação humana.

Busca-se uma maneira de falar de um sujeito mais conscientizado do seu verdadeiro papel, nesta nova configuração de sociedade da cognição, revela-se, de outro jeito um sonho antigo de alguns, uma sociedade universal, desejada desde tempos remotos da história humana, mencionada por nomes marcantes como os quais: Gandy, Marx, Kant e tantos outros nomes lembrados ou esquecidos, que influenciaram indubitavelmente gerações. Para fundamentar de um jeito mais significativo é que menciona-se o autor:

Estas idéias sobre os propósitos básicos do aprendizado tem raízes antigas. Cinco séculos antes de Cristo, Confúcio disse: “Aprendizado sem reflexão é trabalho perdido ; reflexão sem aprendizado é um grande perigo”. Mais de dois milênios depois, John Dewey ligou a “educação aos profundos propósitos de renovação e de sustentabilidade humanas.” A distinção mais notável entre seres vivos e inanimados é que aqueles se mantêm por meio de renovação. É da natureza da vida lutar para continuar a existir. Levando em conta que a continuidade só pode ser assegurada pela renovação constante, a vida é um processo auto renovável. O que a nutrição e reprodução são para a vida fisiológica a educação é para a vida social. (HARGREAVES, 2007, p. 38).

É, portanto, uma educação que leve a uma reflexão para uma realidade sonhada muito antes destes tempos que se vive, uma sociedade estruturada que os sujeitos que ali atuem se utilizem de um aprendizado amplo e profundo (HARGREAVES, 2007). Capaz de transcender e despertar em outros sujeitos, que o bem maior não se caracteriza nem na ciência, nem apenas no progresso econômico ou em qualquer outra descoberta que se possa fazer, mas o maior “tesouro” universal é ainda o ser humano. Quando a universidade perceber que mais do que se estudar, é importante, o sujeito que nela estuda, não por ter, ou saber algo, mas somente por ser uma pessoa humana, pensa-se que, se abrirá um novo caminho para estabelecer esta sociedade universal, esperada, que embora utópica para uns, seguirá amparada por uma inteligência muito maior que a do homem científico e descobridor do avanço das tecnologias e do progresso econômico. Então quem sabe? Se iniciará o equilíbrio da tão comentada sustentabilidade.

Para se questionar a limitação de alguns grandes pensadores de outrora, em relação ao avanço e progresso da sociedade da cognição e do progresso econômico e para esclarecer mais, o que se quer dizer é que se fundamenta também neste outro autor:

Seu erro situa-se numa profundidade maior. Ele esqueceu que o homem permanece sempre homem. Esqueceu o homem e sua liberdade. Esqueceu que a liberdade permanece sempre liberdade, inclusive para o mal. Pensava que, uma vez colocada

em ordem a economia, tudo se arranjará. Seu verdadeiro erro é o materialismo: de fato, o homem não é só o produto de condições econômicas, nem se pode curá-lo apenas do exterior criando condições econômicas favoráveis. (BENTO XVI, 2007, p. 3)

O fato, é que já se viveu épocas dos mais variados valores e hoje se vive esta realidade, a qual se denomina, era do conhecimento, no entanto, o homem ainda não se encontrou nem consigo mesmo nem com o outro. Argumenta-se depois de tudo isso que se discuti. Por que em dias nos quais os conhecimentos são tão valorizados, a evasão no ensino superior ainda é tão grande? Já que esta instância do saber acadêmico ainda que ilusoriamente, seja uma forma de se adquirir “grandes” conhecimentos. Reforça-se o pensamento: o sujeito, por mais que saiba, ou tenha títulos pouco valerá seus saberes se não adquirir em toda sua vivência o respeito pelo outro. Afirma-se veementemente esta discussão, que até parece utopia, o conhecimento que surge com esta face de bem valioso, pouco valerá se não revolucionar as estruturas, numa amplitude mundial de busca do bem comum.

Porém é sem dúvida no ensino superior, que as mentes são mais despertadas para os questionamentos das mais variadas realidades, por isso comenta-se este próximo ponto e se sonha que mais gente chegue a universidade, não só, mais deixe de evadir-se, e concluam seus cursos.

1.1. A importância de concluir o ensino superior

A evasão deve ser encarada como “vilã” na sociedade da cognição, deve-se combatê-la com muito mais eficácia do que se tem feito até hoje. Esta época de grandes mudanças e inovações chegou à era da chamada pós-modernidade, a qual exige das pessoas que também possuam mentes brilhantes, resolvam situações problema, tenham praticidade e raciocínio lógico aguçado. É neste tempo dinâmico que os acontecimentos e o futuro faz com que tudo pareça obscuro, e cheio de incertezas (MORIN, 2002). É então neste cenário que se precisa de rápidas soluções para se implantar tantas novidades que surgem todos os dias, como informações que inquietam as pessoas de todo o planeta. É nesse sentido que se procura abordar nesta pesquisa a necessidade das pessoas terem hoje a oportunidade de cursarem o ensino superior e terem um bom desempenho, para que com as mentes mais evoluídas, consigam atuar neste “novo” que se apresenta através das grandes e repentinas mudanças desta nova era. Diante do exposto é que se fundamenta cada vez mais a importância de se fomentar um espírito científico nos jovens e sujeitos que se importam com o desenvolvimento de um ambiente, onde as pessoas mais conscientizadas garantam melhores condições de vida, é por isso que concorda-se com Moran (2008, p.10) quando diz:

As mudanças que estão acontecendo são de tal magnitude que implicam reinventar a educação, em todos os níveis, de todas as formas. As mudanças são tais que afetam tudo e todas: gestores, professores, alunos, empresas, sociedade, metodologias, tecnologias, espaço e tempo.

Então se deve procurar cada vez mais buscar a vida acadêmica porque o universitário consciente de sua função na universidade, irá tentar adquirir um espírito científico aperfeiçoando-se na investigação e aprimoramento de boas técnicas de trabalho, mesmo que, ele tenha bons ou maus mestres vai aprender a enfrentar obstáculos essenciais na vida acadêmica e acostumar-se as estas velozes mudanças. O essencial é aprender trabalhar, enfrentar e solucionar problemas que se apresentam não só na universidade, mas também na vida, sobretudo no plano profissional. Isto não é adquirir conhecimentos prontos, nem formulas mágicas para todos os males, mas sim através da prática ter consciência e espírito preparado para exercer funções que levarão a soluções de problemas, porque é um fato, que sempre existirão desafios na carreira profissional e as soluções que aprenderem na universidade devem ser adequadas ao seu cotidiano. Surge então um apelo para expressão de criatividade e de iniciativa que desenvolvam um espírito científico que ao longo dos estudos universitários irão destrinchar problemas que vierem a surgir.

Outra coisa importante, também hoje em dia, é se criar nos universitários um espírito de colaboração, porque não é muito importante a criatividade de um gênio isolado, que faz descobertas decisivas. Pois é bom que o espírito científico que se aspira seja mobilizado por conjunto de cabeças pensantes, trabalhando em equipes disciplinadas que alcancem objetivos que venham a colaborar com o bem da sociedade, para melhor entender o que se quer enfatizar, vejamos o que comentou esta professora de ciências em uma entrevista a revista escola:

Ao explorar a vida e a obra de um grande pesquisador, respeitando o contexto da época é possível mostrar que o conhecimento é uma produção social, e não o produto de uma mente insuperável. (ANA ESPINOZA, 2012, p. 84)

Fala-se muito em melhorar a educação, o discurso é unânime, universal, mas a prática árdua de implantar os projetos é que denuncia a pouca execução do que se fala, afinal educar, formar pessoas não é fácil, por mais que se entenda que os aprendentes são pessoas completas e não só cognição (WALLON, 1981), que no âmbito de sua psicogênese falou sobre isto citando que a pessoa é psíquico e geneticamente social. Afere este ser completo que se quis mencionar, é como explica a fala deste outro autor:

A demanda por formação tem despertado, em especial, o interesse de grupos que vêm na educação as características de um grande mercado potencial. Esses são os 'sacoleiros do ensino' para os quais é difícil fazer uma distinção entre conhecimento e 'mercadoria', estudantes e 'clientes', escola e 'empresa'. (PICANÇO, 2003, p. 78)

Não se pode negar que muitas vezes a educação ou os que trabalham nela, demonstram estar preocupados apenas com os lucros financeiros, desde a primeira formação escolar, ainda na educação infantil, deve se já formar o sujeito para ser um ser atuante, protagonista, sem se preocupar que fins lucrativos aquele sujeito trará, mas parece que isto passa despercebido, então, vai se criando pessoas concorrentes entre si, e esquecem muitas vezes de exercer a solidariedade, desde cedo o espírito de concorrência e lucratividade se apresenta no indivíduo.

Entretanto o que torna a situação da educação superior cada vez mais dramática é que esta idéia de lucratividade, citada aqui, recebe o sinônimo de crescimento econômico, isto é exigido como resposta das formações profissionais, que todos buscam na formação superior. Afinal, se torna um sonho de muitos ter graduação acadêmica. O pior nesta história é que mesmo que as empresas ofereçam muitas vagas para trabalharem, acabam ficando sem serem preenchidas por não ter pessoal qualificado, visto que por vezes a formação é insuficiente para formar de fato para o ofício, ao qual o estudante deseja se habilitar. Porém ressalta-se a grande necessidade e importância de cursar sim, o ensino superior, mas concluir-lo é indispensável aos que ingressarem nesta modalidade de ensino, principalmente para atuar no mundo do trabalho, é o que se aborda a seguir.

1.2. Importância do ensino superior para o mercado de trabalho

Falar sobre a importância de concluir o ensino superior na atualidade para fazer um paralelo entre isto e o mercado de trabalho, é importante, pois nota-se grandes modificações exigidas nas empresas e nas instituições de ensino superior, em dar uma resposta coerente as necessidades atuais. Para enfatizar esta modificação, vale considerar três fenômenos responsáveis: globalização, progresso científico tecnológico e avanços da sociedade da informação. Em todo ambiente de trabalho percebe-se os reflexos destes fenômenos. O que os estudiosos comentam é que as nações que não souberem lidar antecipadamente com estas transformações passarão por grandes números de desempregos e exclusão social.

Nesse contexto de sociedade onde se necessita de rápida aquisição de conhecimento, onde os profissionais precisam aprender ao longo da vida, saber se expressar de forma sintética nesta sociedade da cognição, nessa nova era da informação. A globalização,

por exemplo, alterou as relações entre as nações, induziu mudanças nos mercados, nos empregos e na tecnologia e seus efeitos trouxeram grandes transformações no mercado de trabalho. O progresso científico tecnológico ampliou a forma de produzir equipamentos muito sofisticados que exige das pessoas constante atualização com o que surge de novo, mesmo que algumas pessoas sintam-se ameaçadas, é um fato, que todos devem se acostumar a era da informação. Esta sociedade da informação é o fenômeno principal neste avanço da natureza do trabalho, pois as atividades que antes eram mais comuns, mais repetitivas sumiram e agora se buscam profissionais mais autônomos que possuam conhecimentos diversificados para enfrentar constantes mudanças nos ambientes profissionais.

O trabalho hoje necessita, muito mais que antes, da busca de um diploma. É então essa formação superior que melhor capacita o indivíduo para ingressar no mercado de trabalho, exatamente por se estar vivendo nesta sociedade dinâmica que se percebe uma inquietação social aonde muitos buscam uma formação superior, é verdade que apenas os diplomas não garantem um bom desempenho do trabalho, pois o que se busca realmente são profissionais que possuam habilidades adquiridas ao longo da vida. Fica claro então que os títulos de formação superior abrem as portas para o trabalho, porém é o profissional que possui competências, que garantirá sua permanência no mercado. É óbvio que se está vivendo na sociedade da cognição e os sujeitos que agora atuam no mundo do trabalho precisam mostrar autonomia na resolução de problemas, é por isso que o profissional de hoje é avaliado não somente pelas atividades que desenvolve, mas pelos resultados alcançados, especialmente se possui capacidade de inovação.

As universidades precisam preparar profissionais para enfrentar situações diversificadas. A forma mais eficaz é qualificar pessoas para desenvolver competências básicas. Segundo os especialistas as quatro competências básicas indispensáveis ao profissional dinâmico para o mercado de trabalho hoje são: autogerenciamento, comunicação e negociação, gerenciar pessoas e tarefas e implementar inovações criativas.

Define-se, ainda que superficialmente cada uma dessas competências:

- Autogerenciamento: a capacidade de desempenhar atividades, desenvolver habilidades que internalizam rotinas para saber lidar com dúvidas nos ambientes cheios de mudanças cotidianas, utilizando bem da inteligência interpessoal. (GARDNER, 1983);

- Comunicação e negociação: a arte de saber lidar com diversos indivíduos e grupos de pessoas de forma a facilitar a comunicação, a integração, transmitir informação de maneira inteligente e variada;
- Gerenciar pessoas e tarefas: fazer tarefas tipo, planejar, organizar, coordenar e administrar recursos e pessoas;
- Implementar inovações criativas: é desempenhar formas de gerenciamentos de mudanças significativas em ambientes cristalizados.

Para desempenhar bem uma tarefa o sujeito precisa estar qualificado por competências, que segundo Le Boterf (1995) é saber agir com responsabilidade e ser reconhecido pelos outros, que se traduz por engajar, integrar e transmitir conhecimentos, recursos e habilidades em um ambiente profissional. Conforme já discutido, o que se espera de um aluno que conclui o ensino superior é que ele possua competências e habilidades para enfrentar os desafios que surgirem no seu caminho. Para explicar melhor Libâneo (1998, p.43) diz:

... formar o cidadão hoje é, também, ajudá-lo a se capacitar para lidar praticamente com noções e problemas surgidos nas mais variadas situações tanto do trabalho quanto sociais, culturais e éticas.

A fim de ilustrar melhor a importância de se concluir o ensino superior no que se refere ao nível de remuneração, comparado com pessoas que possuem apenas a educação básica, menciona-se Langoni (1973), que foi um dos primeiros economistas a se referir a importância da educação como um fator que explica a desigualdade social no Brasil. O autor falou que parte do aumento da desigualdade entre as décadas de sessenta e setenta ocorreu por causa do aumento de trabalhadores com escolaridade baixa que se associavam as indústrias. Para concordar com Langoni (1973); Barros (2000) enfatizou que um dos principais problemas sociais no nosso país acontece por causa do baixo nível e má distribuição da educação da população. Aqui pessoas com maior escolaridade possuem melhores perspectivas no mercado de trabalho. Isto acontece por causa da maior produtividade trazida pela educação. Parece claro que pessoas com maior nível de estudo também possuem mais chance de ter uma melhor remuneração e, sem dúvida alguma, melhor qualidade de vida.

O fato é que pessoas altamente escolarizadas têm melhor qualidade de vida, não apenas em termos salariais, mas também por assumirem melhores cargos profissionais no

mercado de trabalho. Isto estimula outros a buscarem o ingresso em curso de nível superior. Conforme Menezes Filho (2000) o retorno econômico para aqueles que buscam educação são mais elevados. É lógico que uma pessoa mais qualificada, está mais preparada para assumir os melhores cargos na vida profissional. É isto que se espera da educação, que ela forme os sujeitos e lhes capacite para o trabalho, mas também que os transforme em sujeitos que possuam discernimento nas escolhas que precisarem fazer. Deve ser levado em conta também na vida acadêmica, não só nela, mas ainda que tarde, a vida do universitário deve prepará-lo para agir no mundo, como um ser completo e não apenas profissional. Talvez até falte mais disciplinas que assegurem uma melhor preparação das emoções nos profissionais desta sociedade do conhecimento. É incrível a forma sucinta de como foi colocado exatamente o que se quer dizer nesta citação:

O aprendizado é uma preparação para a vida e também uma parte da vida. O guru inglês da administração, Charles Handy, explica a conexão entre os dois por meio dos conceitos de maior e menor fome. Na África, explica ele, “dizem que há duas fomes, a menor fome e a maior fome. A menor é por coisas que sustenta a vida, os bens e serviços, e o dinheiro para pagar por eles, de que todos precisamos”. Em contraste, “a maior fome é a resposta para a pergunta ‘por que?’ para se entender um pouco qual a razão da vida”. O aprendizado amplo e profundo dirige-se a nossa maior fome. Empreende a busca por saber, por compreender, por comunicar e por deixar o mundo um lugar melhor. Aprendizado amplo e profundo para todos os estudantes- e para todos os adultos que trabalham com eles- é então aprendizado para construir sentidos, aprendizado para a compreensão, aprendizado para a vida. É o aprendizado que engaja os estudantes em todos os sentidos – intelectualmente, socialmente, emocionalmente e espiritualmente. (HARGREAVES, 2007, p.38).

É interessante que a maior fome comentada pelo autor parece influenciar as pessoas na busca de algo que lhes realize, às vezes esta busca é mais notória do que pela menor fome, apesar de todos buscarem um meio de sobrevivência material, quando se tem este meio, se anseia por um melhor ainda, isso acontece sem parar, e nunca se está totalmente satisfeito, em muitas áreas da vida, também profissionalmente. O ensino superior é mais uma forma de realização pessoal e profissional, cursar e concluí-lo se torna para muitos alcançar um sonho e mudança de vida.

No próximo capítulo demonstra-se uma discussão sobre direitos e deveres da comunidade acadêmica, para conhecer um pouco deste assunto.

CAPÍTULO II – DIREITOS E DEVERES DA COMUNIDADE

ACADÊMICA

A título de informação, já que neste trabalho o valor do conhecimento é mencionado, faz-se uma discussão sobre as obrigações e direitos tanto das IES quanto dos seus estudantes. Viu-se a importância de abordar este tema para entender melhor a relação entre os estudantes e as instituições de ensino superior, e a partir desta compreensão verificar o que é correto para ambos, no intuito de que a harmonia seja alcançada de forma que nenhuma das partes sintasse prejudicada. O objetivo desta sessão é fazer uma explanação sobre questões importantes da vida dos estudantes nas IES, a fim de que estes esclarecimentos também contribuam para um menor índice de evasão.

É óbvio que não pretende-se nesta pesquisa resolver nenhuma questão ou favorecer o aluno ou a instituição, mas salientar o assunto buscando esclarecer tantas dúvidas e conflitos que são gerados no cotidiano destas instituições. Como se sabe, existem enganos e constrangimentos praticados por alguns alunos ao exigirem seus direitos, e infelizmente por vezes, até esquecendo suas obrigações. Por outro lado, por parte de algumas instituições, injustiças ou ações administrativas severas, são feitas por funcionários desinformados que de alguma forma prejudicam os estudantes.

Portanto, para colaborar com o processo de transparência legal, no que diz respeito aos direitos do estudante do ensino superior, mais ainda no que concerne a informação sobre a Constituição Brasileira, o universitário conta com a Cartilha dos Direitos em Educação, apresentada pelo Instituto de Pesquisas e Administração da Educação (IPAE, 2009). Este conjunto de documentos descreve os direitos da comunidade escolar. O referido documento é conhecido modernamente como Direito Educacional. Este é, na verdade, uma grande composição de textos legalmente elaborados para esclarecer o que pode ou não ser feito, pois em diversos fatos existem contradições e conflitos ou interpretações divergentes que causam enormes dúvidas aos alunos e demais integrantes da comunidade educacional. A cartilha apresentada tem o objetivo de facilitar a vida de todos, demonstrando de forma clara os itens que tiveram boa aceitação, tanto pelas autoridades governamentais, como pelas instituições e seus alunos.

É importante salientar que esta cartilha é fruto de vários anos de pesquisas de especialistas do Centro de Direito Educacional do IPAE, uma organização social de iniciativa

privada, fundada em 1973, com objetivo de melhorar a qualidade da educação através dos programas de administração das escolas públicas e particulares. Esta instituição teve o cuidado de selecionar as principais dúvidas do cotidiano da comunidade escolar, e procurou resolver conflitos escolhidos de maneira sensata. Esta resolução foi nomeada de jus pedagógica. Entretanto o citado documento permanecerá sempre em processo de ampliação porque novas questões irão sempre aparecer, e suas respostas irão sendo construídas conforme a natureza de cada questão, buscando sempre um clima de harmonia entre membros da comunidade.

A educação é um direito de todos e dever do estado e da família conforme a Constituição Brasileira (1988). Esta é uma linguagem já conhecida por todos, e é exatamente o que fala o documento, que todos têm direito a educação e o governo é responsável por proporcionar condições para que existam escolas prontas para receber os alunos. Isto deveria acontecer também no ensino superior. O governo deveria proporcionar instituições de nível superior para atender a todos os interessados em estudar e melhorar não apenas suas vidas, mais também o país. Lamentavelmente não é assim que acontece. Até o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que veio para facilitar o ingresso de muitos nas universidades está sendo prejudicado por fraudes.

Outra informação pertinente ao direito do estudante visto na cartilha, é que os portadores de deficiência têm acessibilidade garantida, se isto não for cumprido, é considerada uma infração conforme o texto original:

A legislação brasileira assegura que os portadores de deficiência tenham acesso às informações. No âmbito das escolas públicas ou particulares é necessário que existam mecanismos que permitam que os deficientes tanto auditivos como visuais consigam saber dados sobre as instituições e cursos oferecidos. Apesar de já existirem mecanismos de criação dos chamados sites acessíveis muitas organizações educativas não disponibilizam os mecanismos adequados, ficando caracterizada uma infração à lei e disposições complementares que regem o assunto. Os prejudicados podem requerer a adoção de medidas corretivas ou até mesmo ingressarem com ações de indenização por danos decorrentes do constrangimento ilegal. (IPAE, 2009, online)

Mesmo sendo garantidos estes direitos por lei, muitas pessoas nem sabem que existem estas considerações que lhes favorecem. Sabe-se que muitas vezes estas leis não são cumpridas. É uma pena que no nosso país tantos projetos estejam escritos mais tão poucos sejam executados, as penalidades que deviam punir os que não cumprem, bem como os benefícios descritos, muitas vezes ficam apenas no papel, por isso a impunidade ocorre tanto e sem justificativa neste país.

A legislação é clara que todos os prédios e equipamentos devem ter condições de fácil acesso para atender a alunos deficientes e pessoas que necessitem de atendimento especial. Trata-se hoje de um dos direitos fundamentais da sociedade e o descumprimento pode acarretar consequências punitivas para os estabelecimentos de ensino, desde a educação básica até a superior. Já existem decisões judiciais exigindo que sejam adaptados os projetos arquitetônicos e pedagógicos, contemplando meios para o suporte tecnológico aos usuários dos serviços. Inclui-se nesse conjunto os casos de perda parcial ou total dos sentidos, dentre os quais a visão e a audição. Também há direito dos cegos a serem acompanhados de animais guias, como cães adestrados para esse fim. (IPAE, 2009, online)

Conforme discutido muita coisa foi feita para facilitar a vida das pessoas com necessidades especiais, porém a legislação não obriga os estabelecimentos fazerem adequações de materiais pedagógicos às necessidades dos alunos, entretanto isto deve ser esclarecido antes das matrículas, e constar nos regimentos e contratos, da instituição para com os alunos. O estabelecimento deve disponibilizar estas adaptações aos alunos, os mesmos, todavia, podem se responsabilizar pelas mudanças, pois atualmente existem recursos tecnológicos para isso, mas requer que os próprios alunos, muitas vezes, façam o investimento financeiro. Apesar das realidades nas salas de aula ainda deixarem a desejar, não se pode negar que já existem estruturas físicas modificadas para beneficiar alunos com limitações, mas adaptações de projetos pedagógicos e suporte tecnológico que atendam aos alunos, às vezes são apenas boas intenções pouco realizadas, que precisam ser levadas a sério e terem tomadas de decisões que realmente sejam implementadas, pois se projetaram será possível realizar, ainda que haja maior custo psicológico, físico ou financeiro por parte dos que devem favorecer aos que necessitam, porém se querem realmente fazer a inclusão acontecer, deve-se ter um maior empenho de todos para que realmente seja um fato consumado.

Uma informação importante a respeito das instituições particulares é sobre os deveres dos estudantes. Em se tratando de cobranças de inadimplência, é completamente legal que as instituições transfiram estas cobranças para escritórios especializados nestes serviços, podendo ser feitos em qualquer tempo e sem data programada, mais é uma decisão dos estabelecimentos. A legislação permite que os estabelecimentos, insiram nos contratos de prestação de serviços educacionais multas de 2% sobre o valor principal. A data é fixada pela entidade mantenedora, mas deve seguir o acordo pré-estabelecido entre aluno e instituição de ensino. Tudo deve estar documentado, além de multa ainda pode ser cobrado juros e correção monetária onde a base deve ser o índice oficial, porém tudo deve ser combinado muito antes da matrícula e amparado por contrato, em que ambas as partes devem possuir cópia. No caso de dúvida posterior, os alunos nada podem reclamar, ficando a critério da instituição dispensar ou aplicar os acréscimos.

Outro direito garantido ao aluno, no que se refere a sua vida acadêmica, são os acessos às informações de suas notas, avaliações, número de faltas e qualquer outra informação que lhe seja pertinente. Se for um estabelecimento público, não deve ser cobrado nenhuma taxa, se for particular, informações verbais ou pela internet devem ser gratuitas, porém se for escrita pode ser cobrada e marcado prazo para entrega dos documento requisitados.

Demonstra-se a seguir, algumas observações sobre outros direitos assegurados aos alunos por alguns órgãos públicos.

2.1. Observações sobre direitos garantidos à educação por órgãos públicos

Percebeu-se neste estudo feito através desta cartilha, sobre a educação disponibilizada pelo IPAE (2009), que o governo federal afirma que a educação é um bem público, e que suas funções são cumpridas pelo ensino, pesquisa e extensão. O mesmo garante que o Brasil encara a educação, como um bem público, além disso, um direito, e não um produto ou serviço comercial sujeito ao mercado. Porém, bem público não é uma boa definição para a educação. O que a Constituição Brasileira, (1988) garante no seu artigo 205, é que ela é um direito de todos e dever do estado e da família. Por isso, bem público não seria uma boa definição para ela. Outro documento importante é a Carta Magna, citada na cartilha do estudante que vem corroborar com estas questões sobre a educação, todos estes documentos vêm esclarecer dúvidas. É importante ter conhecimentos sobre eles, para melhorar a educação em sua totalidade. Esta citação sobre o Ministério Público vem assegurar a importância destes documentos em favor dos estudantes:

O Ministério Público é um órgão de apoio ao Poder Judiciário e tem suas atribuições definidas tanto pela Constituição Federal, como pelas cartas magnas dos Estados e do Distrito Federal. Com função de "fiscal da lei", os integrantes do MP vem promovendo trabalhos para que sejam atendidos interesses coletivos de alunos. Um dos principais trabalhos ocorre com a análise de procedimentos adotados por escolas e, quando são notados desvios, há medidas que forçam a assinatura dos chamados Termos de Ajuste de Conduta. Nenhuma escola é obrigada a assiná-los, mas quando não ocorre a concordância, são ajuizadas Ações Cíveis Públicas cuja análise cabe aos Juizes Federais ou aos da Justiça Comum. O Ministério Público não pode multar, fechar escolas ou aplicar outros atos, mas é competente para levar ao Judiciário posicionamentos que entende prejudiciais à ordem social. (IPAE, 2009, online).

É bom citar este trecho da cartilha para se comentar o apoio que os estudantes possuem por parte destes órgãos, para garantir seus direitos, mais também para lutar por eles junto aos outros órgãos estabelecidos pelo governo ou outras instituições que interagem com os alunos. Pois é excelente quando uma multidão de alunos se sente prejudicada em um concurso, por exemplo, e o ministério público interfere em favor deles e consegue ajudá-los

beneficiando a muitos. E por falar em beneficiar aos alunos, quando se trata de seleção ou vestibular para o acesso ao ensino superior, as instituições devem definir com antecedência o local onde funcionará o curso, a lei permite que seja mudado o local, mas se for um local distante os interessados podem discordar, podendo os alunos serem transferidos para outra instituição, ou resolver judicialmente para obter indenização por danos morais e patrimoniais por parte das instituições. Quanto aos alunos, depois de ingresso na instituição, se infringirem disposições estabelecidas nos atos baixados pelos órgãos internos dos estabelecimentos de ensino serão punidos, porém os textos escritos referentes a estas punições precisam ser muito transparentes, desde uma simples advertência a uma exclusão de aluno, pois existe uma escala de decisões para serem aplicadas conforme sua gravidade, muitas vezes dependendo do ato da infração, a direção possui autonomia até para excluir o aluno, se esta medida for necessária é obrigatório expedir uma guia de transferência, se o aluno for menor de idade, é necessário além disso, informar também aos órgãos competentes de defesa da criança e do adolescente conforme estabelecido pela legislação.

Agora, referindo-se a uma atitude do docente, o que é correto fazer segundo esta pesquisa, no caso de atraso do professor nos dias de avaliações, considerando que os estabelecimentos de ensino devem marcar os dias de avaliações nos flanelógrafos e em sites na internet, se o professor se atrasar, deve-se diminuir o tempo para realização da prova, ou diminuir a quantidade de questões da mesma, ou ainda marcar outro dia para aplicá-la, porém este último acordo citado deve ser de total aceitação dos alunos, se pelo menos um discordar, não se poderá tomar esta decisão, devendo a turma junta com o professor ver a melhor solução para que ninguém seja prejudicado. E se a avaliação deixar de ser aplicada por ausência de toda a turma, esta já tendo sido previamente avisada, parecerá ser um boicote, a não ser por justificativa de greve dos meios de transporte, chuva forte, catástrofe, a turma toda poderá ser penalizada com nota zero, isto é uma atitude que a instituição tem direito de fazer, entretanto tem autonomia para tomar uma decisão mais flexível, isto caberá exclusivamente a instituição de ensino.

Falando ainda da sala de aula, a respeito de um fato polêmico como o porte legal de armas, mesmo para militares, as instituições de ensino podem proibir que a arma seja levada para a sala de aula, alegando que é responsável pela segurança de todas as pessoas que compõem a unidade de ensino, esta tem ainda direito de instalar detectores de metais, ou ainda fazer revista para evitar e diminuir a violência, mas estas medidas devem está escritas nos regimentos e contratos de matrícula para evitar problemas no futuro.

É interessante que se comente, o que a legislação educacional concede ao Ministério da Educação no que se refere à avaliação positiva dos cursos de graduação ministrados pelas instituições do Sistema Federal de Ensino. Entram nessa análise os cursos mantidos por universidades, centros universitários e faculdades mantidas pelo governo federal ou entidades particulares. A respeito dos critérios avaliativos segue as notas seguintes: nota de 1 a 5, sendo avaliação positiva as que forem 3,4 ou 5, os cursos que só receberem 1 ou 2, correm o risco de serem encerrados pelo MEC, entretanto se isto acontecer, os alunos não podem ser prejudicados, mas sim transferidos para outra escola superior. Então o Poder Público é encarregado de avaliar a qualidade da educação e estas notas atribuídas são de 1 a 5 para graduação. E de 1 a 7, para pós-graduação stricto sensu de mestrados e doutorados, se estes cursos forem avaliados e considerados de qualidades ruins, são tomadas medidas para melhorá-los ou mesmo encerrá-los se o MEC assim decidir. Mesmo assim, isso marca a vida do estudante de forma negativa, uma das coisas é a pouca oportunidade de emprego após sua formatura, se isto ocorrer e o aluno se sentir lesado, ele pode buscar pela justiça a indenização pelos danos, é de competência do poder público penalizar as entidades mantenedoras destas instituições de ensino.

Vários estabelecimentos de ensino superior criam mecanismos de iniciação científica, para facilitarem financeiramente a vida de alunos que mostram capacidades para gerar novos conhecimentos. Estas normas são feitas pelas próprias unidades de ensino ou por órgãos públicos, em todas estas situações os pré-requisitos devem ser bem esclarecidos de forma a não favorecer a nenhum grupo especial, porém se existir dúvida ou discordância por parte dos alunos devem ser resolvidos pelas instituições, mas se isto não for suficiente o poder judiciário pode intervir. É ele quem deve alterar as regras e atender aos pedidos dos alunos que se sentirem prejudicados. Referindo a maioria dos alunos o novo Código Civil afirma que é atingida aos 18 anos, por isso, os que são selecionados para cursos superiores e ainda são menores de idade não podem assumir compromissos referentes à contratação de serviços educacionais, nem mesmo a matrícula. É mencionada na lei uma colocação a respeito de alunos com necessidades especiais, que mesmo tendo idade maior que dezoito anos, se possuir deficiência mental não podem assumir compromissos, se mesmo assim, algum aluno firmar algum compromisso, pode ser nulo ou anulável jus pedagogicamente.

Outra garantia ao universitário é a carteira de estudante que pode ser emitida pelas instituições de ensino, mediante o pagamento de uma taxa de serviço. Em outros tempos a carteira só poderia ser emitida pela União dos Estudantes do Brasil ou outra entidade, entretanto agora esse documento pode ser requerido na própria instituição de ensino, isto para

facilitar a vida do estudante. O aluno do ensino superior possui muitos deveres, um deles é a realização da prova do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), este exame é realizado pelo governo federal aplicado a todos os estudantes matriculados em cursos de graduação superior. A ausência a estas provas pode acarretar em punições aos alunos, entretanto é possível a ele justificar sua falta ao Ministério de Educação, que acontece por meio de uma análise e julgamento por parte de uma comissão que avaliará as solicitações formuladas pelos mesmos, esta comissão executa sua função em conjunto ao gabinete do Ministério de Educação.

Todo aluno que concluir o ensino superior tem garantido pela legislação o direito de receber o diploma de graduação, este diploma deve ser registrado antes de ser entregue ao aluno, esse procedimento é feito por normas exclusivas deliberadas pelo Ministério da Educação, porém compete ao aluno fazer o pedido de expedição deste documento.

Menciona-se neste estudo alguns direitos e deveres da comunidade acadêmica, salienta-se, no entanto, como se pode ver nesta pesquisa, não existe um sistema rigoroso no Brasil no qual seja permitido saber claramente os direitos e deveres na educação. Porém, algumas entidades de defesa do consumidor por iniciativas particulares desempenham o ofício de orientação educacional, uma dessas entidades é o Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação (IPAE), que serviu de base na discussão desta seção. Vale salientar que o Ministério da Educação iniciou um processo de esclarecimento, para ajudar aos interessados em obter informações sobre estas questões aqui discutidas. Contudo, este atendimento ainda não possui pessoas qualificadas juridicamente através do direito educacional, que tenham respaldo para desempenhar este trabalho, por esta razão, isto é feito ainda de forma muito limitada, porque não compreendem bem o assunto. Fica então o anseio: que as autoridades se organizem de forma a atender com eficácia ao cidadão universitário, garantindo-lhe cada vez mais maneiras que o faça perceber o valor de ser um sujeito esclarecido neste país, que infelizmente muitas vezes funciona melhor para alguns favorecidos pelo “jeitinho” brasileiro. E que sentindo apoio por estes órgãos competentes e pelas IES, a evasão dos alunos universitários seja diminuída.

2.2. Modelo de Direitos e Deveres de Estudantes da Universidade Federal do Ceará

Toda Universidade possui o direito de elaborar suas normas educacionais dentro de seus padrões conforme suas necessidades para o melhor desenvolvimento da instituição e bem

estar de seus alunos. Traz-se como ilustração, este modelo da Universidade Federal do Ceará, para demonstrar algumas exigências feitas aos seus alunos quanto aos cumprimentos de suas obrigações e garantias de seus direitos nesta instituição.

Direitos

- I. Receber ensino de qualidade.
- II. Ter acesso, no início do período letivo, ao programa da disciplina, à bibliografia básica, às explicações acerca da metodologia de ensino, e ainda, sobre os critérios, período e tipo de avaliação.
- III. Tomar conhecimento do resultado das avaliações pelo menos 07 (sete) dias antes da verificação seguinte e receber a prova, caso se trate de avaliação escrita.
- IV. Ser orientado pelo professor da disciplina, inclusive em horário extraclasse, quanto às dificuldades de sua vida acadêmica.
- V. Organizar-se em Centros Acadêmicos (CA) e no Diretório Central dos Estudantes (DCE).
- VI. Ser formalmente representado nos Órgãos Colegiados da Administração da Universidade, com direito a voz e voto.
- VII. Usar de seu livre direito de expressão.
- VIII. Ter assegurada ampla defesa nos casos de aplicação de penas disciplinares.
- IX. Recorrer ao órgão competente (Pró-Reitorias, Direção de Centro/Faculdade, Departamento, Coordenação de Curso) toda vez que se sentir lesado em seus direitos por qualquer ato de professor, servidor ou dirigente da Universidade.
- X. Concorrer à representação estudantil, tendo em vista a participação em Órgão Colegiados da Universidade.
- XI. Receber assistência à saúde através da Divisão Médica e Odontológica administrada pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.
- XII. Participar de Estágios que visem ao aperfeiçoamento em seu Curso.
- XIII. Poder participar de todas as atividades científico-culturais e artísticas da vida universitária.
- XIV. Receber todas as informações a respeito da Universidade e das rotinas da vida acadêmica.

Deveres

- I. Valorizar a Universidade pública e gratuita.
- II. Frequentar as atividades de ensino e entregar os trabalhos escolares nos prazos estabelecidos pelo professor.
- III. Cumprir, com probidade, as tarefas escolares determinadas pelo professor.
- IV. Devolver, em perfeito estado e nos prazos estabelecidos, os livros retirados por empréstimo nas bibliotecas.
- V. Zelar pelo patrimônio científico, cultural e material da Universidade.
- VI. Tratar com respeito e atenção os discentes, servidores técnico-administrativos e docentes em qualquer dependência da Universidade.
- VII. Comprometer-se com a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão desenvolvidas pela UFC.

A ordem disciplinar deverá contar com a participação ativa dos alunos, através de um processo de conscientização da necessidade de zelar pela normalidade dos trabalhos que se coloca como condição indispensável para o êxito de todos e da própria Instituição.

De acordo com o Regimento Geral da UFC – Artigos 193 a 200, poderão ocorrer:

Advertência Verbal – Em caso de falta em matéria de menor gravidade, o aluno será advertido, oralmente e em particular, pelo Diretor do Centro ou Faculdade.

Repreensão – Incurrerão nesta pena, aplicada por escrito, os discentes que cometerem uma ou mais de uma das seguintes infrações:

- improbidade na execução dos trabalhos escolares. Neste caso, fica prejudicada a nota ou conceito, para fins didáticos.
- inutilização ou retirada de avisos, editais e outros documentos afixados pela administração, nas dependências da UFC.
- retirada, sem permissão da autoridade competente, de objeto ou documento, de qualquer lugar da Universidade.
- dano ao patrimônio científico, cultural e material da Universidade devendo, neste caso, a pena ser acumulada com a indenização pelo prejuízo causado.

- comportamento inadequado que impossibilite o andamento normal dos trabalhos escolares, científicos, culturais e administrativos.

Suspensão

- de 3 (três) a 15 (quinze) dias, nos seguintes casos:
 - reincidência nas faltas configuradas no item Repreensão;
 - agressão física ou moral a outro discente ou a servidor, nas dependências da Universidade.
- de 16 (dezesesseis) a 90 (noventa) dias, nos seguintes casos:
 - reincidência em atitudes de agressão moral ou física a outro aluno ou a servidor, nas dependências da Universidade;
 - agressão física ou moral praticada contra membro do corpo docente ou da administração universitária em qualquer lugar da Universidade;
 - prática de delitos, nas dependências da UFC, sujeitos à ação penal.

Desligamento

- reincidência nas faltas enumeradas no item anterior.

Fonte: Pró-Reitoria de Graduação da UFC.

Depois destas questões discutidas sobre direitos e deveres da comunidade acadêmica, que se traz aqui como informações importantes ao universitário, para servirem de esclarecimentos a fim de também contribuir para diminuir a evasão, se fará agora uma discussão sobre evasão.

CAPÍTULO III - BREVE DISCUSSÃO SOBRE EVASÃO

A evasão é sem dúvida um dos problemas que afligem as instituições de ensino em geral. Compreender suas causas tem sido objeto de muitos trabalhos e pesquisas educacionais.

De maneira mais particular esta pesquisa se fará sobre a evasão estudantil no ensino superior, já que se manifesta como um problema muito grave pelo fato de que o aluno chegou num nível mais elevado dos estudos e as vezes vem a se evadir. Isto afeta o resultado dos sistemas educacionais. Estes fracassos dos estudantes que iniciam, mas não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. Em relação às instituições públicas, estes investimentos desperdiçados se manifestam sob a forma de não retornarem positivamente. Nas instituições particulares considera-se uma significativa perda de receitas. E tanto numa quanto noutra instância ocasiona ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico.

Pelo exposto nesta pesquisa, poucas instituições de ensino superior possuem um programa institucional profissionalizado de combate a evasão. Com planejamento de ações que dêem bons resultados na coleta de dados e experiências. Assim verificou-se a evasão sob duas maneiras parecidas, mas distintas: evasão anual média e evasão total, para isto baseou-se num estudo já realizado pelo Instituto Lobo (2007). Este grupo de pesquisadores afirma que se uma IES tiver 100 alunos matriculados em certo curso, podendo renovar suas matrículas no ano seguinte, isso falando em cursos semestrais, se apenas 80 destes alunos renovarem suas matrículas, a evasão anual média deste curso será de 20%. Quanto à evasão total, é baseada da seguinte forma: se 100 estudantes entraram em um curso em determinado ano e 54 se formarem, este índice de titulação é de 54% e a evasão nesse curso é de 46%. Sendo que a evasão anual mostra uma porcentagem de alunos matriculados, mas que não se formou e nem renovou a matrícula no ano seguinte, nem no semestre seguinte. Já a evasão total mede a quantidade de alunos que se matriculou em determinado curso e não adquiriu o diploma, ao final de certo número de anos.

Portanto os dois conceitos de evasão estão interligados, mas não de forma direta, pois vai depender dos níveis de reprovação e taxas de evasão, em percentual, anual e durante todo o curso.

Outro dado relevante sobre a evasão está relacionado à parte financeira, de forma geral tanto instituições públicas quanto privadas, admitem que a principal razão da evasão é a falta de recursos financeiros para o aluno prosseguir em sua vida acadêmica, este é também o

motivo mais apontado quando os alunos são investigados. O cálculo da evasão sob estas duas foi mencionado por (SILVA FILHO, 2007, p.3).

Porém percebe-se que a falta de recurso para o aluno estudar no ensino superior, embora se apresente como a maior causa apontada tanto pelas IES como pelos alunos, esta parece ser uma simplificação dos verdadeiros motivos inculcados nesta resposta. Pois engloba questões de ordem acadêmica, expectativa do aluno em relação a sua formação, integração do estudante com a instituição, parece até que estes dois fatores se apresentam de maneira decisiva causando evasão. Visto que estes dois fatores sugerem a desilusão do estudante em priorizar o investimento financeiro e de tempo para concluir o curso. Ele começa a mensurar o custo benefício da “fadiga” de está ali buscando este diploma do ensino superior para tal carreira escolhida, acha que não vale tamanho sacrifício, então abandona.

Por incrível que pareça, o Brasil possui poucos estudos sistemáticos e dados nacionais sobre evasão. Porém o Instituto Lobo para o Desenvolvimento da Educação e da Ciência e da Tecnologia, que contribuiu para esta pesquisa já levantou dados até internacionais sobre o tema. Outro órgão muito conhecido que estuda e divulga publicamente, de forma regular, vários dados que se refere aos matriculados, ingressantes e egressos do ensino superior é o INEP, que se falou sobre ele no capítulo anterior, pertencente ao Ministério da Educação. Sua apresentação demonstra uma configuração padronizada, que nos últimos anos tem permitido estas séries de dados anuais serem analisados, tanto a evolução quanto os indicadores ao longo de um período de anos.

Neste estudo os dados sobre evasão nos cursos superiores do Brasil variam muito por dependência administrativa, tanto nas instituições públicas, quanto particulares. Embora o INEP (2011) Tenha divulgado que a evasão nas IES é inferior por causa do PROUNI, a evasão ainda é muito grande no ensino superior. Um dado trazido segundo Gois (2006, P.1), é que somente 51% dos estudantes universitários se formam e 49% correspondem aos evadidos, estes dados coletados desde 2005. Vale ressaltar que a evasão é maior nas instituições particulares em comparação com as públicas. O índice de evasão do particular é o dobro em relação ao público, chegando a um percentual de 25% contra 12%.

Portanto, é preocupante a evasão no ensino superior e merece atenção especial para se combatê-la. Por esta razão é que se pesquisou neste trabalho as causas deste abandono universitário, para se entender melhor e depois dar sugestões para diminuí-la. Fala-se agora sobre algumas causas da evasão.

3.1. Principais causas da evasão no ensino superior brasileiro

Conforme se comentou neste trabalho são raras as IES brasileiras que possuem assistência institucional profissionalizada de combate à evasão. Isto se apresenta como reflexo da fragilidade de políticas que se importem com o aluno e o faça permanecer no curso. Esta situação permanecerá enquanto as instituições não se importarem efetivamente em combater a evasão (VELOSO E ALMEIDA, 2001; SILVA FILHO et. al, 2007).

A evasão ocorre por diversas causas, estas são especificadas em fatores internos e externos, os quais são demonstrados aqui, como os mais apontados responsáveis pelo abandono nos cursos acadêmicos.

3.1.1. Causas Internas:

Infraestrutura: são deficiências nas estruturas físicas das universidades, que alimentam o índice de evasão. Se apresentam como por exemplo: disponibilidade de equipamentos de informática, laboratórios de ensino, boa qualidade do espaço físico, bibliotecas, instalações. Estes influenciam no desempenho dos alunos, sobre o interesse educacional e rendimento. (MEC, 1997).

Corpo Docente: a atuação desinteressada do docente favorece o desinteresse do discente. Lembrando-se que os primeiros períodos do curso, exercem grande impacto sobre o universitário, é importante então que os professores iniciadores dos cursos devem exercer práticas metodológicas envolventes, motivadoras e significativas para que o aluno interaja com eles e com os seus colegas, para ali se gerar um vínculo com a instituição. (MEC, 1997; GOIS, 2006; WAJSKOP, 2007).

Assistência Sócio Educacional: seja compreendida como o conjunto de projetos e ações que buscam a integração do aluno com a universidade, sua permanência nela, seu bom rendimento acadêmico.

Atividade de Pesquisa e Extensão: foram bem explicadas por Cunha, Tunes e Silva (2001) e Boas (2003), esta atividade, pois garantem que a evasão cresce se a universidade, não envolver seus alunos em atividades de pesquisas e extensão, pois segundo estes autores, o exercício, traz a práxis, dando ao aluno a oportunidade de ver sua profissão na sociedade.

Grade Curricular / Turno: se a grade curricular se apresentar desatualizada, fica sem muita utilidade para a sociedade, visto que fica incompatível com o mercado, assim não se ajusta as exigências da profissão.

Quanto ao turno de funcionamento do curso, também é fator influenciador da evasão de estudantes do ensino superior (MEC, 1997; VELOSO E ALMEIDA, 2001).

Monitorias: A falta destas podem apresentar dificuldades de rendimentos em algumas disciplinas essenciais aos cursos (MEC, 1997).

Assistência ao Aluno de Baixa Renda: os estudantes com maiores dificuldades econômicas, não conseguem permanecerem na universidade, se esta não oferecer programa de auxílio ao estudante, claro que isto também está relacionado a infraestrutura da instituição, pode-se citar por exemplo: restaurante universitário, sala de informática com acesso a internet, e até moradia e creche dentre outros benefícios (PENIN, 2004; DANTAS E ARAÚJO, 2005).

3.1.2. Causas Externas:

(Falha na tomada de decisão em relação ao curso);

Falta de Orientação Profissional: muitos ingressam no curso sem conhecer a profissão e se desestimulam quando notam que a futura carreira não lhes satisfará profissional e pessoalmente. Por isto é necessário oferecer informações sobre as profissões aos estudantes desde a educação básica, para melhor escolherem seus cursos no ensino superior (LISBOA, 2002).

Imaturidade: são muitos os alunos que se matriculam no ensino superior ainda numa idade precoce, assim, escolhem sem maturidade suficiente a profissão. Muitas pesquisas apontam um alto índice de evasão pelas decisões pré-maturas de jovens que escolheram suas profissões com bases em informações mínimas, por vezes distorcidas e mal idealizadas sobre o curso. (HARNIK, 2005).

Curso de Segunda Opção: a desmotivação e desencanto pelo curso de segunda opção não permite que o aluno continue, isto acontece mais constantemente em instituições que permite ao aluno fazer mais de uma opção de curso. Na hora do vestibular muitos se matriculam apenas para cursar o nível superior ou como forma de alcançar o curso desejado, através de uma posterior transferência interna ou externa (MEC, 1997).

Busca pela Herança Profissional: alguns pais influenciam seus filhos a fazer um curso que eles mesmos, queriam ter feito e não conseguiram, outros influenciam para cursos que renderá mais dinheiro e traga estabilidade imediata. Depois estes alunos influenciados, percebem mais cedo ou mais tarde, que não se adaptam a profissão e acabam desistindo. (MEC, 1997).

Pressão Familiar: alguns jovens se sentem cobrados pela família, e assim que concluem o ensino médio, por causa da facilidade acabam ingressando em cursos, que são mais fáceis, por isso, entram sem conhecer a profissão, porque além da pressão familiar, eles mesmos se cobram e escolhem mal. Daí uns desistem do curso ou ainda demoraram a concluí-lo. (MEC, 1997).

Baixa Concorrência: a escolha do curso por esta razão pode gerar desinteresse e busca de novas alternativas para os que descobrem depois, que querem um curso que lhes garanta status social e melhor remuneração em um futuro próximo. Porque as baixas remunerações no mercado, diminuem a busca pelo curso. (MEC, 1997; RIBEIRO, 2005).

3.1.3. Dificuldades Escolares:

Educação básica deficiente: a deficiência do sistema de ensino básico no país, não garante ao aluno ter formação escolar suficiente, para lhe garantir garra no enfrentamento das dificuldades que encontra no ensino superior, visto que não está acostumado a pesquisar, não conseguem se expressar de forma coerente, dificultando sua integração ao curso. (MEC, 1997; MORAN, 2007).

Repetência: os alunos com maior número de repetência, possuem maiores chances de desistir no curso superior. A sucessiva repetência do acadêmico pode desestimulá-lo e o fazer desistir do curso. (BRAGA e CARDEAL, 1997).

3.1.4. Razões Socioeconômicas:

(Problema financeiro/Dificuldade em conciliar Trabalho e Academia): As IES consideram como principal razão da evasão a dificuldade dos acadêmicos conciliarem estudo e trabalho. Estes dados são garantidos pelo MEC/INEP (2009), assim muitos alunos acabam optando pelo trabalho porque lhes garantem a sobrevivência. (RIBEIRO, 2005; DIAS & THEÓPHILO & LOPES, 2005).

- Doença Grave/Morte: é também causa da evasão um agravamento de um problema de saúde, alguns alunos desistem por terem que se ausentar muito tempo para se tratarem ou por terem que ficar por tempo demorado de repouso ou mesmo pela morte do estudante.

Abordou-se, estes motivos mais apontados como causas da evasão no ensino superior brasileiro. Com certeza outras causas ainda devem existir, por hora se pôde pesquisar estas,

que já são bastante justificáveis. Em outras pesquisas devem ser encontradas outras mais, é necessário se dar destaque a estas causas, a fim de auxiliar a quem puder e couber buscar meios de transformar estes problemas em soluções para diminuir ao máximo estas dificuldades que as IES brasileiras enfrentam. Faz-se na próxima discussão uma demonstração de estatísticas da evasão no ensino superior.

3.2. Estatísticas de Evasão no Ensino Superior do brasileiro

A fim de demonstrar situações reais sobre a evasão no ensino superior brasileiro, procurou-se trazer neste trabalho algumas estatísticas apresentadas por pesquisas realizadas por órgãos e autores que investigaram este tema. Esclarece-se também que estes dados estatísticos trazidos, são diversos e aleatórios, apenas para servirem de fonte na apresentação deste trabalho.

Portanto os gráficos ora apresentados não são compatíveis com as causas da evasão encontradas nesta pesquisa.

Serão mostradas agora cinco tabelas sobre a evasão em uma faculdade no Espírito Santo, do curso de Administração em diferentes anos, é fruto da Tese de Mestrado da referida autora que se mencionará a seguir, como fonte para obtenção destes dados que agora traz-se aqui como ilustração da evasão no ensino superior brasileiro.

Para melhor se compreender as tabelas acrescenta-se uma informação da autora:

A diferença entre o total de evasão da primeira coluna para a última foi o ingresso de novos alunos que entraram no decorrer do curso.

Tabela 1 - Evasão da turma 1998 - Curso: Administração geral – De uma faculdade no Espírito Santo.

Semestres	Nº de Alunos	Cancelamentos	Desistentes	Trancamentos	Transferência Interna	Transferência Externa	Novos Alunos	Total Evasão
1º	103	3	7	2	2	-	-	14
2º	89	1	3	3	-	-	-	7
3º	82	6	2	1	-	2	4	11
4º	75	1	3	1	-	-	-	5
5º	70	-	1	2	-	2	1	5
6º	66	-	1	1	-	-	-	2
7º	64	-	-	-	-	-	-	-
8º	64	-	-	-	-	-	-	-
Total Evasão	39	11	17	10	2	4	5	44

Fonte: Miranda, (2006, p. 46)

Tabela 2 - Evasão da turma 1999 – Curso Administração Geral- De 1999 á 2002.

Semestres	Nº de Alunos	Cancelamentos	Desistentes	Trancamentos	Transferência Interna	Transferência Externa	Novos Alunos	Total Evasão
1º	83	16	9	-	1	-	-	26
2º	57	1	1	3	-	9	7	14
3º	50	1	1	3	-	1	6	6
4º	50	-	1	-	-	-	-	1
5º	49	1	-	-	-	-	2	1
6º	50	-	2	1	-	-	3	3
7º	50	-	-	1	-	-	-	1
8º	49	-	-	-	-	1	-	1
Total Evasão	35	19	14	8	1	11	18	53

Fonte: Miranda, (2006, p. 47)

Tabela 3 - Evasão da turma 2000- Curso Administração Geral.

Semestres	Nº de Alunos	Cancelamentos	Desistentes	Trancamentos	Transferência Interna	Transferência Externa	Novos Alunos	Total Evasão
1º	103	12	6	-	4	-	11	22
2º	92	1	3	-	-	-	-	4
3º	89	2	1	-	-	1	2	4
4º	87	2	1	-	-	-	-	3
5º	84	-	1	2	-	1	3	3
6º	83	-	-	-	-	1	2	1
7º	84	-	-	-	-	-	-	-
8º	84	-	-	1	-	-	-	1
Total Evasão	20	17	12	2	4	3	18	38

Fonte: Miranda, (2006, p. 48)

Tabela 4 - Evasão da turma 2001-Curso de Administração Geral

Semestres	Nº de Alunos	Cancelamentos	Desistentes	Trancamentos	Transferência Interna	Transferência Externa	Novos Alunos	Total Evasão
1º	62	4	8	1	2	-	18	15
2º	65	-	2	1	-	-	3	3
3º	65	1	2	2	-	3	11	8
4º	68	5	4	2	-	1	-	12
5º	56	-	-	3	-	-	1	3
6º	54	-	1	2	-	1	4	4
7º	54	-	2	-	-	-	-	2
8º	52	-	-	-	-	-	-	-
Total Evasão	10	10	19	11	2	5	37	47

Fonte: Miranda, (2006, p.48)

Tabela 5 - Evasão da turma 2002

Semestres	Nº de Alunos	Cancelamentos	Desistentes	Trancamentos	Transferência Interna	Transferência Externa	Novos Alunos	Total Evasão
1º	47	4	8	3	1	-	7	16
2º	38	-	-	1	-	1	13	2
3º	49	-	2	-	-	-	-	2
4º	47	-	1	1	-	-	1	2
5º	46	-	1	1	-	-	2	2
6º	46	--	-	1	-	-	-	1
7º	45	-	-	2	-	-	-	2
8º	43	-	-	1	-	-	-	1
Total Evasão	5	4	12	10	1	1	23	28

Fonte: Miranda, (2006, p.49)

Pegou-se estas amostras trazidas por esta autora, como forma de ilustração desta pesquisa. Agora demonstra-se a mesma situação das tabelas em forma de porcentagem para se ter uma melhor assimilação do que nos mostram as tabelas.

Turma de 1998 :Iniciou com 103 alunos e concluiu com 64; a evasão foi de 39 alunos, equivalente a 37,86%. Turma de 1999:Iniciou com 83 alunos e concluiu com 48; a evasão foi de 35 alunos, equivalente a 42,16%. Turma de 2000: Iniciou com 103 alunos e concluiu com 83: a evasão foi de 20 alunos equivalente a 19,41%. Turma de 2001: Iniciou com 62 alunos e concluiu com 52; a evasão foi de 10 alunos equivalente a 16,12%. Turma de 2002: Iniciou com 47 alunos e concluiu com 42; a evasão foi de 5 alunos, equivalente a 10,63%. (MIRANDA, 2006, p.52).

Após estas demonstrações retratadas a evasão nesta faculdade especificada de forma mais restrita, se apresenta agora uma situação mais atualizada e mais ampla da evasão nas IES brasileiras. O que se pode perceber destes dados demonstrados nestas amostras é que a evasão tem um percentual grande diante da quantidade de alunos matriculados neste curso desta instituição, confirmando o que se discute em todo o trabalho em relação a evasão no ensino superior.

3.2.1. Uma Estatística mais ampla da situação das IES brasileiras

Esta pesquisa constata que a evasão no ensino superior brasileiro tem uma grande proporção, pode-se deduzir que ela é um dos principais problemas da educação no país, segundo uma pesquisa realizada em 2011, o Brasil teve um prejuízo de estimadamente 9 bilhões de reais em 2009 por conta dela. Estes resultados conforme o pesquisador Hipólito (2011), foram levantados através de dados do censo do Ministério da Educação (MEC), sobre as instituições de ensino superior no Brasil.

O MEC constatou que 896.455 alunos se evadiram da universidade entre 2008 e 2009, que representa 20,9% dos alunos das IES atualmente, segundo Hipólito (2011) essa estimativa é em média um em cada cinco alunos. O autor salientou que este número já foi maior, mas há de se concordar que este ainda é um índice muito alto, e que fica ainda distante o sonho de se ter um bom ensino superior nacional. Recorda-se então o que já se discutiu, sobre a economia, em se ter gente formada para assumir cargos profissionais nas empresas. O que Hipólito (2011) aferiu a macroeconomia, dizendo que falta desenvolvimento científico e tecnológico, impossibilitando desenvolvimento do país. Outra informação relevante trazida por este autor, que também faz parte do Instituto Lobo, que se mencionou neste trabalho, é que o maior índice de desistência está nos cursos relacionados a computação, sobretudo, o de Ciências da Computação. Referiu isto aos “intragáveis” cálculos pesados nos primeiros anos do curso.

Demonstra-se agora o gráfico que retrata este alto índice de evasão no ensino superior brasileiro levantado pelo MEC.

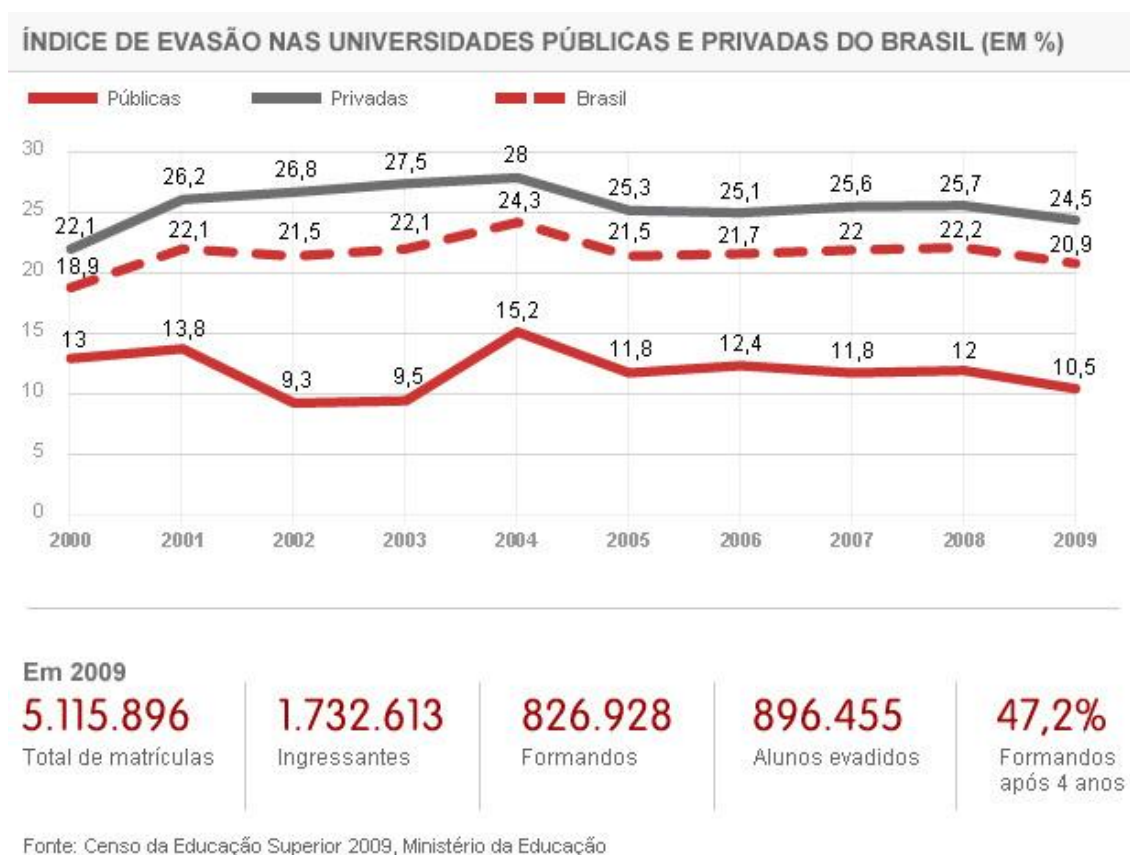


Figura 1 – Índice de Evasão nas Universidades Públicas e Privadas do Brasil

Pode-se observar este prejuízo causado pela “vilã” evasão já que retrata uma situação geral, tanto em IES públicas quanto privadas, esta realidade nacional preocupante, requer de

todos que se importa com a educação, e podem fazer algo, tomar providências eficazes para sua melhoria de funcionamento. Este outro gráfico apresenta uma realidade das IES particulares no ano de 2008, referente a outros dados sobre a evasão.

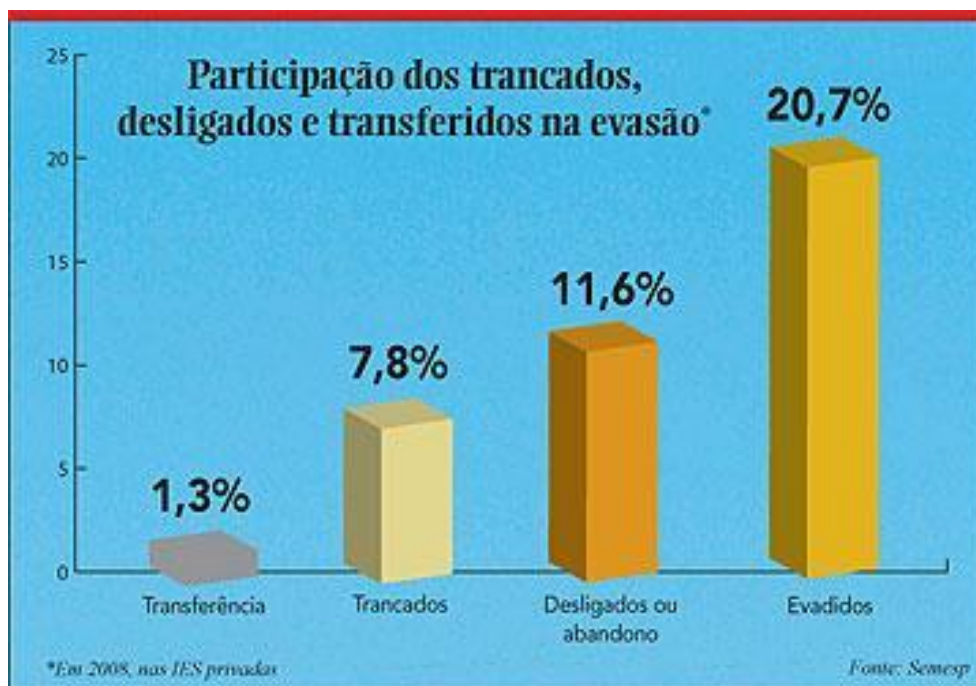


Figura 2 – Participação dos trancados, desligados e transferidos na evasão

Fonte: SEMESP – Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos do Ensino Superior no Estado de São Paulo

Após esta pesquisa se tem uma maior compreensão sobre a evasão nas Instituições de Ensino Superior brasileiras, ainda que um pouco perplexa, diante da presente circunstância, se encerra esta pesquisa, com um espírito otimista, de que se existe uma parcela da sociedade brasileira, ainda que pequena ou com poucos recursos, mas com a força do conhecimento de implantação de grandes ideias. Há de se mudar para melhor esta posição da evasão, ainda que lentamente e a longo prazo a educação será melhor cuidada neste país.

3.3. Estratégias para redução da evasão no ensino superior

Diante do exposto em todo este trabalho, baseando-se em pesquisas anteriores e na demonstração de estatísticas do ponto de discussão anterior, sobre a evasão no ensino superior brasileiro, buscou-se trazer algumas sugestões de estratégias que podem ser utilizadas para se tentar diminuir a evasão. Sabe-se que a evasão não é o maior problema das IES, ou mesmo da educação como um todo, e que diminuir ou até mesmo erradicar a evasão não eliminaria

tantos problemas educacionais, concorda-se com Shargel (2002). O autor fala sobre aqueles que pensam que eliminando um único problema produzirá o remédio necessário para cura dos sintomas ao invés de atacar a causa. Faz esta comparação da educação com a saúde, para enfatizar os grandes problemas educacionais. Para expressar com maior clareza o que se discute, cita-se o referido autor como síntese deste pensamento:

Entre os problemas educacionais mais persistentes está aquele da incidência do abandono escolar. Suas ramificações estão mescladas na trama da sociedade americana de hoje, uma sociedade mais velhas cujas estruturas familiares diferem daquelas das décadas passadas. Elementos como pobreza, novos padrões de imigração e outras mudanças societárias urgem que implantemos uma reforma educacional que inclua uma reabordagem sistêmica do problema do abandono escolar. (SHARGEL, 2002, p. 15)

Esta imagem que o autor apresenta da sociedade americana e os elementos citados por ele como retratos de situações que contribuem para as dificuldades educacionais, sobretudo a evasão, o problema em questão, é que se traz estratégias com a intenção de mudar para menor o número de evasão. Como a dificuldade financeira foi apontada a maior responsável pela evasão, tanto pelas IES privadas como pelas públicas, resolveu-se dar mais ênfase às estratégias para o seu combate.

Para isto se utilizou mais uma vez de outra tabela elaborada pela autora, já citada neste trabalho, como modelo de estratégias e algumas ferramentas que podem ser aplicadas segundo Miranda (2006) por qualquer IES independente do seu potencial financeiro ou tecnológico no combate a evasão. É relevante dizer que se adaptou a tabela somente para o fator financeiro, já que a tabela original contava com outros itens.

Tabela 6 – Fator de evasão x estratégias x ferramentas

Fator de evasão	Estratégias	Ferramentas
Financeiro	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer acompanhamento dos alunos inadimplentes; • Promover ações que visem melhorar a renda do aluno; 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um núcleo de acompanhamento e orientação financeira; • Criar cursos de extensão ministrados pelos alunos, para melhoria da renda mensal dos mesmos.
Perda de emprego ou estágio	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar estágios, fazer acompanhamento e orientação do aluno que perde o emprego; • Dar auxílio a quem perde o emprego; 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um núcleo de apoio e acompanhamento de aluno; • Contratar seguro desemprego;

	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar o aluno a abrir seu próprio negócio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de incentivo ao Projeto Faculdade Empresa (Empreendedorismo)
--	---	---

Fonte: Miranda, (2006, p.83)

Com a demonstração desta tabela se pretende idealizar soluções para questões econômicas dos alunos, com a intenção de evitar a evasão. Se as IES propuserem e colaborarem de forma compreensiva e facilitadora sobre as situações financeiras desses estudantes, eles recebendo este apoio, sem dúvida a desistência por este motivo diminuirá.

Constatou-se nesta pesquisa, outras causas da evasão nas IES brasileiras, a próxima explanação será de uma forma mais abrangente sobre outras estratégias que se sugere para diminuir esta evasão.

3.3.1. Estratégias para se combater a evasão nas IES

As causas da evasão no ensino superior, nesta pesquisa, se apresentam como justificativas que explicam, porém não se pode desistir de tentar combatê-las de forma eficaz, pois já se mencionou em outra parte desta, que a evasão deve ser encarada como “vilã” nesta era da cognição. O que interessa neste trabalho é enfatizar cada vez mais a importância de se implantar nas estruturas administrativas das IES de ordem públicas ou privadas, uma conscientização de que estar mais do que na hora de se buscar outras idéias e implantações sistêmicas de combater a evasão. Já não se vive mais no tempo de outrora, onde o povo pouco esclarecido foi chamado de “povo alienado”. Cada vez mais o conhecimento chega em todos os lugares abrindo mentes e fazendo o povo evoluir. É por isso que a consciência intelectual de hoje precisa pensar como fazer muito mais pessoas ingressarem nas IES, permanecerem e concluírem seus cursos, assim o povo que antes era dominado pela força, receba instrução e possua argumentos para não serem dominados pela força das idéias.

Expõe-se então agora, outras estratégias no combate a evasão nestas instituições:

- Tratar o aluno de maneira acolhedora, criando com ele laços afetivos;
- Se implantar serviços psicopedagógicos para auxiliar aos alunos com dificuldades de aprendizagem;
- Proporcionar treinamentos de pessoal administrativo e corpo docente para lidar com os alunos;
- Trabalhar o lado motivacional do corpo docente e discente;
- Colocar professores carismáticos nos primeiros períodos dos cursos;

- Promover atividade extraclasse para maior integração entre a turma e a instituição;
- Mais investimento na qualidade do corpo docente;
- Maior e melhor investimento na estrutura física, buscando atender melhor todo o pessoal na instituição: alunos, professores e funcionários;
- Estar atento as reivindicações dos alunos, para atendê-los no que for possível;
- Criar um núcleo de assistência psicológica, para auxiliar aos alunos nos momentos de crise tanto de ordem profissional quanto pessoal;
- Criar um núcleo de pesquisa e extensão para envolver os alunos em pesquisas para sentirem sua profissão na sociedade;
- Desenvolver uma equipe de monitoria, para ainda no início dos cursos orientarem aos alunos profissionalmente. Detectar cedo as decisões prematuras sobre a escolha profissional. Identificar alunos com esse tipo de dificuldade e tentar uma mudança de curso, quando possível, ou ainda, incentivá-los nestes mesmos cursos, demonstrando suas vantagens para evitar que desistam futuramente.

Estas são as sugestões que se trouxe no momento, é relevante comentar que embora este trabalho tenha suas limitações próprias, compreende-se que a pesquisa sobre evasão contribui para melhor aprimoramento político na captação e retenção de alunos, também amplia o campo sobre este tema que merece ser encarado com maior atenção e ação. Entenda-se a ação como um maior zelo, ou ainda implantação de várias ações indefinidas pelo menos até agora, pois nas evasões que ocorrerem posteriormente poderá surgir novas causas que merecerão novas tomadas de ações neste combate.

Nesta luta contra a evasão deve-se aceitar várias idéias para diminuí-la. Por este motivo é que se faz a citação deste autor, que apresenta sua opinião ao ser entrevistado, fala sobre como manter o aluno no ensino superior. Então lhe perguntaram: “Onde o governo erra, portanto? Que papel caberia a ele?”. Sugere uma ação intrigante por parte do governo, vejamos:

O governo precisa de políticas de longo prazo. Algo como um financiamento similar ao da casa própria, de 20 a 30 anos, o qual o estudante pode pagar depois de formado. O Brasil tem experiências similares (ProUni), mas não com prazos tão grandes. O principal problema para um aluno da classe C ou D é que muitas vezes ele tem potencial, mas não tem recursos. Se você pedir um avalista a um estudante pobre, ele não vai conseguir, porque normalmente as pessoas próximas dele são da mesma situação social. Então quem tem de ser avalista? O governo. O raciocínio é este: quando ele se formar, vai receber um salário maior e vai poder pagar o resto da vida pela faculdade que fez. E veja como não é um problema tão grande: ao financiar esse rapaz, o governo investe num primeiro momento, mas tende a ganhar

nas próximas gerações, pois forma um círculo:- quem se formou financia quem está na faculdade no momento. Tudo passa pela questão do investimento: educação é prioridade, então deve haver o recurso para ela, mesmo em crise. Educação não é um produto barato em nenhum lugar do mundo, pois requer investimentos contínuos. Com isso, precisa ter metas, avaliações e um sistema de gestão de ensino, de sala de aula, de professores etc. (HIPÓLITO, 2011, online)

É um fato que se investir em educação é progresso garantido para um país, especialmente, um país como o nosso. O problema é que algumas classes dominantes agem como se não estivessem percebendo a mudança que vem ocorrendo. Até se comentou nesta pesquisa, junto com grandes mudanças o povo também muda, a consciência política muda. Por mais que se relute contra o óbvio, ele acontece. Os sujeitos atuantes da configuração da sociedade do momento são mais esclarecidos que os do passado, e ao invés da força bruta que antes subordinava aqueles sujeitos, terão que utilizar a força das ideias para negociarem com estes de agora. Por que não investir na educação? Se ela forma e transforma o indivíduo? Não se tem visto o que ela faz numa nação?

Concorda-se com Hipólito (2011), que o investimento do governo para um aluno tem retorno. Não se pretende afirmar, em hipótese nenhuma, que a ideia do autor seja a salvação da educação, porém há de se concordar que para uma boa educação é necessário investimentos, os quais não são de baixo custo. Para nenhuma pessoa é um investimento pequeno, muito menos para um país, porém, é algo essencialmente importante.

Por ora são estas considerações que se faz, espera-se que este estudo contribua de alguma forma para inspiração de ações concretas para minimização da evasão.

CONCLUSÕES

A evasão nas instituições de ensino superior é algo sério que merece atenção especial, muito maior que a que se tem dado até agora. Vive-se hoje um processo de mudanças aceleradas que atualmente vem ocorrendo em todos os setores.

Os meios de comunicações fazem as distâncias parecerem pequenas, pode-se então verificar as mudanças de forma universal. Elas exigem atitudes na busca de novos conhecimentos para saber lidar com situações que surgem em todo instante. Uma postura de competências e habilidades bem desenvolvidas, cheia de inovações deve ser estimulada nos sujeitos que atuam nesta configuração de sociedade do conhecimento. Pois é inestimável o valor que o conhecimento apresenta no momento. Então a evasão nas IES é algo muito prejudicial em um tempo onde o conhecimento, que se pode adquirir no ensino superior, contribui incalculavelmente na implantação desta sociedade da cognição.

Pensa-se que o ensino superior é uma ferramenta fundamental na luta de valorização da educação. Admite-se que a educação básica é essencial e deve ser assegurada com maior empenho na sociedade brasileira, não só neste país mais em toda e qualquer nação ela pode mudar para melhor a realidade de um povo. É por esta razão que se insiste em afirmar, a relevância de cursar o ensino superior e trabalhar contra a evasão em toda a educação, sobretudo no ensino superior, porque é um avanço chegar nele. A desistência nesta instância, por qualquer que seja a causa, além de trazer grandes prejuízos é uma vergonha para um país, portanto, não garantir ao universitário, quando este quer estudar, a sua conclusão de curso, é no mínimo negligência de alguma parte do sistema educacional. Tratar a evasão universitária e proporcionar aquisição de uma aprendizagem significativa é algo vital nesta nova era.

A sustentabilidade comentada por todos precisa ser incentivada desde cedo na educação. Diminuir a evasão é gerar força para se obter um aprendizado amplo. Valorizar a espécie humana com uma visão diferente da que se tem no momento talvez seja o início da implantação da educação que se tem buscado na universidade. Essa visão de sustentabilidade que se apresenta como necessidade de permanência e durabilidade dos seres vivos e inanimados comentado por um dos autores que se utilizou na confecção deste trabalho, parece ser algo almejado na busca do conhecimento que muitos procuram nas IES. Serem interrompidos pela evasão é lastimável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, R. P. Henrique, R. e Mendonça, R. **Education and Equitable Economic Development**. Economia. vol. 1 nº 1; 2000.
- BENTO, XVI. **Carta Encíclica do Santo Padre: Spe Salvi sobre a Esperança Cristã**. São Paulo: Ed. Loyola e Paulus, 2007.
- BRAGA, M. M.; PINTO, C. O. B. M.; CARDEAL, Z. L. **Perfil sócio-econômico, repetência e evasão no curso de Química da UFMG**: Química Nova. São Paulo. Vol. 20 nº 4.jul./agosto.1997.
- BRASIL.Constituição(1988).**Constituição da República Federativa do Brasil**.Brasília.Senado,1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais **Sinopses do Ensino Superior. Censos do Ensino Superior**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em 22/02/2012.
- CUNHA, A. M.; TUNES, E. ; SILVA, Roberto Ribeiro e a **Evasão do Curso de Química da Universidade de Brasília**: Química Nova. São Paulo. Vol.24 nº2 mar./abr. 2001.
- DANTAS, A. O. ; ARAUJO, J. O. A. **Questão do Financiamento da Assistência Estudantil nos Trâmites da Reforma Universitária do Governo Lula**. In: ARAÚJO, J. O. ; CORREIA, M. V. C. (org.). **Reforma Universitária**. Maceió: EDUFAL, 2005. P. 137-154.
- DAVIS, Stan e MEYER, Christopher. **BLUR - A Velocidade da Mudança na Economia Integrada**: Ed. Campus. São Paulo. 1999.
- DIAS, Ellen Cristine Moraes; THEÓPHILO, Carlos Renato; LOPES, Maria Aparecida Soares. **Evasão no ensino superior: Estudo dos fatores causadores da evasão no curso de ciências contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros**. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos32006/370.pdf>>. Acesso em 17/02/2012.
- DUARTE, Newton. **A individualidade para contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo**: Campinas: SP. Autores Associados, 1999.
- ESPINOZA, Ana. **Projetos sensacionais de presente para você**. Ed de Aniversário. In: Revista Nova Escola. Janeiro/Feveireiro 2012.
- FERNADES, R. e Menezes-Filho, N.(2000) **A Evolução da Desigualdade no Brasil Metropolitano entre 1983 e 1997**: Estudos Econômicos, Vol.20, nº 4.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 15ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

- GARDNER, H (1983) Apud. SCHARGEL, Franklin P, **Estratégias para auxiliar o problema de evasão escolar**/Franklin P. Schargel e Jay Smink. Tradução de Luiz Frazão Filho. Rio de Janeiro: Dunya Ed. 2002. p. 304.
- GIL, Antonio Carlos. **Metodologia do Ensino Superior**: Atlas. São Paulo, 1997.
- GOIS, Antonio. **Metade dos universitários não se forma**. Folha de São Paulo, em 31 dez 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u19237.shtml>>. Acesso em 12/02/2012.
- HARGREAVES, Andy e Fink, Dean. **Liderança Sustentável – Desenvolvimento de Gestores da Aprendizagem**: Ed. Artmed. São Paulo. 2007. pp ,248.
- HARNIK, Simone. **Má escolha é a maior causa de evasão**. Folha de São Paulo, em 18 out 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u17930.shtml>>. Acesso em 11/02/2012.
- HIPÓLITO, Oscar. **A evasão no Ensino Superior**. In: Nassif, Luiz. Blog. São Paulo. 2011. Disponível em: <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/a-evasão-no-ensino-superior/>>. Acesso em: 24/02/2012.
- IPAE, Instituto de Pesquisas e Administração da Educação. **Cartilha dos Direitos em Educação**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.ipae.com.br/direitoeduca/cart_direit_educ.htm>. Acesso em 15/01/2012.
- LANGONI, C. **Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. 1973.
- LEGRAND, Louis. **A didática da reforma: um método ativo para a escola de hoje**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- LE BOTERF, G. **De la compétence-essaisu un attracteur étrang**. In: Les éditions d'organization. Paris: Quatrieme Tirage, 1995.
- LEVY, P. A. **Inteligência coletiva**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 1998.
- LISBOA, M. D. **Orientação profissional e o mundo do trabalho: Reflexões sobre uma nova proposta frente a um novo cenário**. In: LEVENFUS, R. S.; SOARES, D. H.P. (org.). Orientação Vocacional Ocupacional. Porto Alegre: Artmed, 2002.p.33-49.
- MEC/INEP. **Resumo Técnico: Censo da Educação Superior 2007**. Brasília-DF. 2009. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2007/Resumo_tecnico_2007.pdf>. Acesso em 18/02/2012.

- MIRANDA, Derlinéa P. Moreira. **Gestão da evasão nas instituições de ensino superior privado: um estudo sobre cursos de administração no Estado do Espírito Santo**. 2006;
- MORAN, José Manoel. **A Educação que desejamos: Novos desafios e como chegar lá**. 3ª Ed. Campinas, SP: Papirus. 2008.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários a educação do futuro**. 5ª Ed. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeane Sawaya. São Paulo: Cortez, 2002.
- PENIN, S. T. S.A. **USP e a Ampliação do Acesso à Universidade Pública**. In: PEIXOTO, M. C. L.(org.). **Universidade e Democracia: experiência e alternativa para ampliação do acesso a universidade pública brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.p. 115-138.
- RIBEIRO, Marcelo Afonso, **Projeto Profissional Familiar como Determinante da Evasão Universitária- Um estudo Preliminar, Universidade de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/pop/artigos-publicados.pdf>>. Acesso em: 19/02/2012.
- SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo et AL. **A evasão no ensino superior brasileiro**. Instituto Lobo para o Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.loboeassociados.com.br>>. Acessado em: 22/02/2012.
- UFC, Universidade Federal do Ceará. Pró Reitoria de Graduação. **Quais os direitos e deveres do estudante?** Ceará, 2008. Disponível em: <<http://www.prograd.ufc.br/index.php?option=com-content&view=article&=91:quais-são-os-direitos-e-deveres-do-estudante&catid>>. Acesso em 19/01/2012.
- VELOSO, T. C. M. A.; ALMEIDA, E. P. **Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, campus universitários de Cuiabá: Um processo de Exclusão**. 2001.
- WAJSKOP, Gisela, **O perfil do universitário brasileiro e o problema de evasão no ensino superior**: Instituto superior de educação São Paulo. 2007.
- WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. 70ª Ed: Lisboa. 1981.
- ZABALZA, Miguel A. **O Ensino Universitário-seu cenário e seus protagonistas**. Porto Alegre: Artmed. 2004.